

# A SEMANA na África

## Clipping sobre PALOP e África Austral

03 a 09 de Maio Nº 36

**SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:** O que estaria por traz da crise político-institucional?

São Tomé e Príncipe, um pequeno território essencialmente agrícola que reúne cerca de 130 mil habitantes e um pequeno exército de cerca de 300 homens, vive uma grave situação econômica e financeira. A que rela envolvendo há um mês o chefe de Estado, Miguel Trovoada, e o primeiro-ministro, Daniel Daio, foi aparentemente determinada por interpretações opostas do texto constitucional e por um "conflito de competências" entre ambos.

Diante da crise de ordem institucional, que mobiliza na arena política diversas correntes ideológicas, partidos e oportunismos políticos, além do jogo de influências entre colaboradores, amigos e parentes, as articulações para solucionar a crise de governabilidade remetem-nos às consequências das receitas do Plano de Reajustamento Estrutural, via Banco Mundial.

É interessante atentarmos para o fato de Daniel Daio defender o seu próprio executivo — o qual, parece, foi felicitado pelo Banco Mundial — pois, segundo ele, esteve seguindo corretamente a fórmula única proposta por aquele organismo internacional para a conquista da estabilização macro-econômica.

Quando o Partido da Convergência Democrática indica Norberto Costa Alegre (cunhado de Daniel Daio), para representar a formação de um governo aberto a quadros não pertencentes ao PCD, o seu principal objetivo é que este partido não mais se defronte com dificuldades para executar o seu programa de governo, que — a permanecer o convívio democrático das diversas forças políticas — requer como essencial um PACTO SOCIAL. É por isso que, ao aceitar formar um novo governo, o PCD busca estabelecer um compromisso dos partidos políticos da oposição e outras forças sociais para que evitem greves e manifestações de rua, pois desestabilizariam o programa de governo baseado na aplicação a médio prazo do pro-

### NESTA EDIÇÃO:

---

A questão dos desmobilizados em Angola  
p.03

---

Estreitam-se os laços de cooperação militar entre Bissau e Lisboa  
p.04

---

As 12 mil toneladas de óleo derramado não ameaçam Maputo  
p.05

---

Policia! branco é condenado à morte na África do Sul  
p.10

---

Cabo Verde:  
Desentendimento entre o primeiro-ministro e o presidente da câmara de São Vicente  
p.04

grama de reajustamento estrutural. Outro objetivo do PCD é evitar, como consequência da crise político-institucional, a dissolução da Assembleia Nacional (onde sustenta a maioria) e a convocação de eleições gerais antecipadas. A crise em São Tomé, portanto, pode ainda tornar-se mais complexa.  
(p. 7, 8 e 9)

**MOÇAMBIQUE:** Portugal poderá reforçar a mediação italiana?

Pascoal Mocumbi, ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, esteve em Portugal durante a semana 26 de abril-2 de maio. Ele confirmou a visita a Portugal do presidente moçambicano Joaquim Chissano para os dias 3-5 de junho, afirmando ainda que Portu

**Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Candido Mendes.**

**Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.**

gal iria tomar parte, como mediador, na próxima rodada das negociações de paz entre o governo moçambicano e a Renamo, que ainda não tem data marcada. Esta informação foi desmentida pelo ministro português de Negócios Estrangeiros, Deus Pinheiro; embora tanto o governo português quanto o moçambicano tenham interesse numa intervenção mais significativa de Portugal no processo de negociação, Portugal procura evitar atritos com a Itália, mediador oficial, importante parceira no quadro da Comunidade Européia. Isto fica evidente na declaração de Deus Pinheiro de que "Portugal participará da forma que for julgada mais útil, ajudando a mediação italiana, que tem sido muito eficaz".

Esteve também em Portugal o padre Tiago Paladi, superior provincial dos missionários combonianos em Moçambique, congregação que tem uma importante atuação no país (ver A Semana nº 28). O padre Palagi acredita que as negociações de paz chegaram a um impasse, posto que "os mediadores atuais não tem força de pressão para fazer a paz", e defendeu a participação de Portugal, Estados Unidos e Grã-Bretanha nas negociações, como reforço da mediação italiana. (pp. 5 e 6)

#### PORTUGAL/PALOP: Cooperação na área da saúde deverá incluir novos parceiros

O I Encontro dos Ministros da Saúde dos PALOP e de Portugal, realizado em Lisboa, entre 30 de abril e 02 de maio, teve como saldo, na ausência da adoção de iniciativas concretas de vulto, o reconhecimento de que, nas palavras do ministro português Arlindo de Carvalho, a cooperação bilateral Portugal/PALOP "não tem capacidade de resolver todas as dificuldades que o setor da saúde ainda registra no continente africano, e, nele, nos países de língua portuguesa". Carvalho propôs um novo modelo de cooperação, incluindo Portugal, os PALOP, a Comunidade Européia e Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Outro ponto do encontro foi a discussão acerca da formação de profissionais, enfatizando-se a necessidade de implantação de modelos mais adequados à realidade africana, defendendo-se "esquemas formativos que contemplem períodos alternados de treino em Portugal e de exercício no país de origem". Foi destacado ainda o papel que poderá ser desempenhado pelo setor privado, que não encontra mais obstáculos legais à sua atuação. (p. 1)

#### ANGOLA: A crise do PRD

A dissidência de Pinto de Andrade, que continua a ser o assunto mais debatido em Luanda, provocou a saída de algumas figuras ilustres do PRD, tais como: o cardiologista Eduardo dos Santos, o escritor Arlindo Barbeitos e a jurista Imaculada Melo. O novo presidente do PRD, Luis dos Passos, afirmou, no entanto, que as transformações ocorridas no partido possibilitam a montagem de novas estratégias para a luta pelo poder.

O importante no momento é descobrirmos o que o presidente do PRD pretende com o termo "novas estratégias", que pode significar inclusive a coligação com a UNITA na campanha eleitoral (cf. A Semana nº 35). A crise do PRD representa de imediato um sério golpe nas pessoas que acreditavam numa arrancada da "terceira força".

Com a saída do PRD, Pinto de Andrade está pensando em reativar a Associação Cívica Angolana (ACA), que foi desmobilizada após a autorização para a criação de novos partidos. A sua reintegração à "grande família MPLA", não está de todo descartada. (p. 02)

Encontro dos Ministros da Saúde dos PALOP e de Portugal

# Cooperação bilateral não chega

PUBLICO  
DOMINGO, 3 MAIO 1992

NO FINAL do I Encontro dos Ministros da Saúde dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e de Portugal, que decorreu em Lisboa entre 30 de Abril e 2 de Maio, poucas foram as acções concretas que ficaram assentes nas conclusões. O ministro português Arlindo de Carvalho deixou ontem bem claro, no seu discurso de encerramento, que a cooperação bilateral entre Portugal e os PALOP "não tem capacidade de resolver todas as dificuldades que o sector da saúde ainda regista no Continente Africano e, nele, nos países de língua portuguesa". Nesse sentido, Arlindo de Carvalho defendeu um novo modelo de cooperação multilateral, que envolva Portugal, os PALOP, a Comunidade Europeia e organizações não-governamentais.

"Quero assumir, aqui e agora, em termos pessoais e políticos", afirmou Arlindo de Carvalho, "o compromisso de no quadro das organizações internacionais a que o meu país está associado e particularmente na Comunidade Europeia, a cujo Conselho neste momento Portugal preside, suscitar a atenção de todos para a necessidade de reforçar os processos de solidariedade internacionalj. situações".

## Poucas medidas concretas

Para além desta óbvia carta de intenções, Arlindo de Carvalho pouco mais pôde oferecer aos seus homólogos africanos do que "a disponibilidade de Portugal" para a abertura de uma linha de crédito para aquisição de medicamentos à indústria farmacêutica portuguesa, que poderá ascender a cerca de "200 a 300 mil contos".

Os ministros reunidos no Encontro concordaram em dinamizar projectos que "reforcem a autonomia técnica dos sistemas de saúde dos PALOP, falaram em "equacionar acções formativas na área da pós-graduação com assistência técnica portuguesa" e em adequar o processo formativo às necessidades desses países.

Os cinco discutiram com Portugal a flexibilização dos modelos de formação, de forma a "evitar prolongados afastamentos dos formandos dos países de origem, particularmente através de esquemas formativos que contemplem períodos alternados de treino em Portugal e de exercício nos países de origem".

Durante o Encontro, falou-se ainda em mais intensa troca de informação, nomeadamente a nível de diplomas jurídicos, numa altura em que países como Moçambique acabam de

abrir a área da saúde à iniciativa privada.

Algumas das alíneas das conclusões dos três dias de reunião são suficientemente vagas para tudo deixar em aberto. No ponto 12 pode ler-se: "Os ministros da Saúde analisaram igualmente a vantagem e o interesse mútuo em estabelecer novas formas de cooperação".

Também foi sabentado o interesse que "uma maior aproximação e um mais intenso diálogo com organizações privadas que desenvolvem a sua actividade em Portugal no campo da saúde poderá representar". José Campos, vice-ministro da Saúde de Moçambique, recordou que, desde o dia 1 de Abril, é permitido o exercício de medicina privada no país e apelou ao investimento do sector privado de saúde português em Moçambique.

Foi reconhecido ainda o papel essencial desempenhado pelas organizações não-governamentais e José Campos apelou à Cruz Vermelha e a instituições religiosas para que colaborem ainda mais com o Governo moçambicano no funcionamento de um sistema de saúde minado pelos anos consecutivos de guerra.

O Encontro reuniu Flávio Fernandes, ministro da Saúde de Angola, Rui Figueiredo Soares, homólogo de Cabo Verde, Henriqueta Godinho Soares, ministra da Saúde e dos Assuntos Sociais da Guiné-Bissau, José Campos, vice-ministro da Saúde de Moçambique, Dulce Gomes, secretária de Estado da Saúde de São Tomé e Príncipe, além do ministro Arlindo de Carvalho. ■ J.F.

PUBLICO 29 ABRIL 1992  
**FAMÍLIA MORTA EM LUANDA ERA DE SANTA MARIA DA FEIRA** — Uma das famílias portuguesas assassinadas, sábado, próximo de Luanda, era originária de Santa Maria da Feira, Aveiro, e encontrava-se na capital angolana há cerca de um mês. João António Pinto Ribeiro, 35 anos, licenciado em Direito, era gestor da multinacional do sector de construção "Geril". Foram também assassinadas a esposa, Teresa do Carmo Ribeiro, igualmente licenciada em Direito, e os três filhos do casal. A família Pinto Ribeiro e o casal Brito Rodrigues, trabalhador da "Fina-Petróleos", e a esposa Maria Luísa Esteves, natural de Angola, foram assassinados a cerca de 100 quilómetros de Luanda. O móbil aparente do crime terá sido o furto das viaturas onde viajavam.

## Soares em Angola "tremido" ...

A VISITA de Mário Soares a Angola, prevista para o período de 10 a 17 de Maio, está "cada vez mais tremida", segundo confirmou ontem à Lusa uma fonte da Presidência da República. Fonte oficial angolana adiantara anteriormente que a visita presidencial "foi pelo menos adiada" em relação ao período previsto, por razões associadas a "falta de recursos humanos para uma preparação digna" do programa. As autoridades angolanas estarão, segundo as mesmas fontes, "absorvidas em meios e quadros" na organização do registo eleitoral e da visita do Papa João Paulo II em Maio e Junho respectivamente, além do III Congresso extraordinário do partido governamental, MPLA, de 6 a 8 de Maio. Admitem as fontes angolanas que "em função da resposta de Lisboa", a ida de Soares poderá registar-se em Junho mas as dificuldades poderão, segundo fontes diplomáticas citadas por "O Independente", ultrapassar o carácter logístico, radicando antes numa diferença de pontos de vista entre Lisboa e Luanda quanto ao carácter da visita. Lisboa propôs ao Governo angolano uma visita "aberta, com contactos com as populações na rua e com todas as forças políticas concorrentes às eleições", enquanto Luanda pretende uma visita "mais fechada e controlada". Belém não quer uma viagem em que os negócios ocupem o centro dos interesses, mas aposta em contactos que sirvam para dar força ao processo de paz. O facto de o Governo angolano ter praticamente ignorado durante uma semana os enviados da Presidência não caiu bem no palácio cor-de-rosa. ■

## ... e Cavaco preocupado com morte de portugueses

CAVACO SILVA mostrou às autoridades angolanas o seu interesse em acompanhar o esclarecimento dos assassinios de portugueses ocorridos nos últimos dias em Angola. Segundo o que uma fonte do seu gabinete afirmou à, o primeiro-ministro, está "preocupado" e terá feito saber junto das autoridades angolanas do seu interesse em ver esclarecido o caso dos assassinios de duas famílias de portugueses, entre as quais três crianças, ocorrido no Cabo de S. Braz, cerca de 100 quilómetros a sul de Luanda. ■

EXPRESSO, SÁBADO 2 DE MAIO DE 1992

## Desenvolvimento angolano em debate na AIP

AS ESTRATÉGIAS de desenvolvimento económico de Angola estarão em debate na Associação Industrial Portuguesa (AIP) no próximo dia 19 de Maio. A mesa-redonda terá a participação das principais forças políticas angolanas, tais como o MPLA, UNITA, PRD, FNLA, e FDP e procurará dar uma visão global aos agentes económicos portugueses das opções preconizadas pelos actuais partidos políticos de Angola. Estão já confirmadas as presenças de Marcolino Moco, do MPLA, Salomão Chirimbimbi, vice-ministro do Plano, Cunha Neto, vice-ministro das Finanças, Onofre Martins, da FNLA, Francisco Vieira Lopes, do FDP, e José Manuel Cerqueira, também do FDP. Os responsáveis pelo encontro aguardam ainda a indicação das personalidades que representarão a UNITA e o PRD.

# Pinto de Andrade sucumbe ao PRD

## Massacre em Angola

O ADVOGADO João Pinto Ribeiro, a mulher, Teresa do Carmo, e os seus três filhos (Sera e os gémeos João e Inês), foram assassinados no litoral angolano, juntamente com um casal amigo, também português, no passado fim-de-semana. O crime, que causou um choque profundo entre a comunidade estrangeira em Angola e instalou um sentimento de insegurança, terá sido praticado com a intenção de roubar a vitória usada pelas vítimas, embora haja quem lhe atribua significado político. Os assassinos ainda não foram localizados.

O AFASTAMENTO na semana passada de alguns elementos da ala intelectual afecta à antiga revolta activa e outros, do Partido Renovador Democrático (PRD) poderá ter consumado a «morte» política de Joaquim Pinto Andrade. Também o próprio PRD poderá, com a saída desta corrente, acentuar a crise de identidade que hoje o atinge por uma alegada opção declaradamente «nitista» e uma visão modernizadora do novo papel da oposição civil em Angola. Mais grave é que o desfecho daquilo a que alguns observadores já chamam «convenção da discórdia» poderá representar um golpe de dimensão castradora para aqueles que ainda acreditavam numa «terceira força».

O PRD era visto como a força da oposição civil em cujo projecto até à semana passada se criara uma expectativa de grande adesão no seio de vários círculos intelectuais descontentes dos dois partidos beligerantes no conflito angolano. De resto, Joaquim Pinto de Andrade, na sessão de abertura da convenção do PRD reforçaria essa tendência ao dar pela primeira vez e de forma eloquente, o mote para uma intervenção diferenciada da oposição, distanciando-se de maneira inequívoca, quer do MPLA, quer da UNITA. Acabaria, no entanto, por ser entre lágrimas e emoções que as previsões de Pinto de Andrade seriam literalmente «congeladas» por uma onda de contestação das bases do PRD, num exercício de

difícil gestão para o antigo secretário-geral do partido, Luís dos Passos.

Este, o verdadeiro elo de ligação entre o eleitorado do partido e a sua direcção, acabaria por ceder às pressões das bases tendentes a provocar, através da existência de duas listas, uma disputa democrática do posto de presidente. Pinto de Andrade alega ter sido vítima de «deslealdade e traição» por parte de Luís dos Passos mas, para alguns observadores terá cometido o grave erro de ter subalternizado o PRD por dentro. «Alguns militantes do PRD conheceram o presidente no último fim de semana...» — lamentava uma das poucas vozes moderadas que ainda tentou durante a convenção salvar o barco. Por outro lado, há que assinalar que alguns elementos da ala mais dura do PRD se dispunham, sob qualquer forma, a «varrer» Pinto de Andrade e a corrente afecta à revolta activa cujo ingresso nunca havia sido bem aceite. A ausência de qualquer referência ao «nitismo» num discurso que «pecou pelo seu atraso temporário» e o desconhecimento da base militante do PRD, terão constituído outros tantos erros de Pinto de Andrade que trilhou, «numa mensagem muito pessoal», linhas de força demasiado avançadas para a plateia, que não terá agradado aos duros do PRD.

Gustavo Costa  
em Luanda

# A dissidência de Pinto de Andrade

JOAQUIM Pinto de Andrade, que no último fim-de-semana perdeu a presidência do Partido Renovador Democrático (PRD), disse à Rádio Nacional de Angola que pensa reactivar a Associação Cívica Angolana (ACA), colocada no «congelador» quando os diversos partidos começaram a ser autorizados.

O antigo sacerdote e ex-presidente de honra do MPLA, do qual acabou por se afastar, tal como agora fez em relação ao PRD, criticou violentamente a nova direcção deste último partido, presidida por Luís dos Passos.

Pinto de Andrade, que em Portugal tem muitos amigos, afirmou agora que tencionava transformar o PRD numa alternativa credível ao MPLA e à UNITA, mas que isso não fora possível devido à atitude de muitos dos outros dirigentes.

“Houve má fé, deslealdade e cinismo” — declarou em relação a Luís dos Passos e a outros elementos da chamada “ala nitista” do Partido Renovador Democrático, afecta ao movimento de 27 de Maio de 1977, liderado por Nito Alves, e que procurou derrubar o Presidente Agostinho Neto.

“Se quiserem ressuscitar o nitismo, será um nado-morto” — disse ainda o presidente derrotado do PRD, com o qual saíram do partido outra figura histórica do MPLA, o cardiologista Eduardo dos Santos, o escritor Arlindo Barbeitos, a jurista Imaculada Melo e mais alguns militantes.

Por seu turno, Luís dos Passos, que de secretário-geral passou a presidente, considerou reunidas as circunstâncias para “traçar a estratégia para a luta pelo poder”, nas eleições do fim de

Setembro.

“Só a tomada do poder nos poderá fazer transformar a vida do nosso povo” — afirmou Luís dos Passos da Silva Cardoso, de 37 anos.

Quanto à saída das diversas pessoas que na dissidência acompanharam Joaquim Pinto de Andrade, o novo líder declarou entretanto à agência Lusa que elas “não estavam à volta de um projecto mas de uma figura, que queriam a todo o custo levar à Presidência da República”.

Publico TERÇA-FEIRA, 05 ABRIL 1992



## Primeiro de Agosto comanda em Angola

O PRIMEIRO de Agosto continua a comandar o campeonato angolano de futebol, após a disputa da oitava jornada, em que venceu no terreno do Sporting de Benguela, por 2-1. O Primeiro de Agosto soma agora 14 pontos, contra 11 do Asa, segundo classificado. Petro de Huambo, Desportivo Nocal e FC Cabinda ocupam o terceiro posto, com dez pontos. Resultados da oitava jornada: Inter de Luanda-Inter Huila, 1-1; Benfica de Cabinda-Petro de Huambo, 1-1; Desportivo Eka-Primeiro de Maio, 0-1; Asa-Petro de Luanda, 2-0; Sporting de Benguela-Primeiro de Agosto, 1-2; Desportivo Nocal-FC Cabinda, 2-0; Ferroviário de Huila-Benfica de Huambo, 1-1; Nacional de Benguela-Sagrada Esperança, 0-2.

**N**a sua maioria são jovens entre os 25 e os 30 anos, que pouco mais conhecem da vida do que a guerra, de onde trazem histórias amargas que — pelo menos para já — preferem não contar. Poucos são os que transportam para a vida civil mais do que a herança inútil do convívio com os tiros, entre as chuvas e o calor dos trópicos, as febres palúdicas e as disenterias. Mesmo assim, no momento de entregar as armas e de largar os uniformes carcomidos, muitos mostram confiança no futuro, impressionando algumas vezes que a capacidade de sonhar tenha resistido a tanta guerra. Mas é também grande a ocupação, porque a fome e o desespero podem muito bem empurrar estes jovens para a delinquência.

**A**tingido num joelho durante um dos últimos combates, nos finais de 1990, Miguel Cachipa ficou marcado para toda a vida. Aos 47 anos, era um dos mais velhos combatentes e, apesar de estar irremediavelmente preso a duas muletas, acredita ainda na felicidade e vai procurá-la tentando juntar a família. Tem dez filhos, quatro dos quais nascidos durante os 15 anos em que combateu: “Alguns estão por aí”, atira. Quando se pede que fale de um momento mais marcante da sua experiência de guerra, hesita, desviando o olhar cansado, e depois escusa-se.

Mais jovem, Daniel Chindumba, nascido em Benguela, litoral sul, há 30 anos, mostra uma vontade férrea de conseguir agora o que adiou nas fileiras das FAPLA (exército do MPLA) durante os últimos 12 anos: “Vou estudar mecânica para começar uma vida nova; quero ajudar os meus filhos a serem felizes mais cedo do que eu.” Com um discurso firme, envolvente, com ideias claras sobre as liberdades democráticas (“vou estudar os programas dos diferentes partidos e só depois escolho aquele em que vou votar”), mostra-se seguro de que os seus três filhos “vão crescer numa terra de paz e liberdade”.

Estes dois homens poderiam muito bem ficar na história do seu país como >>>

>>> os primeiros soldados desmobilizados das forças do MPLA. Assim como Tiago Savikeia da Anunciação, 28 anos, dos quais os últimos 14 passaram nas matas com o exército da UNITA. Todos receberam o passaporte para a vida civil no passado dia 31 de Março, em cerimónias realizadas sob o sol intenso do Moxico, já perto da fronteira leste.

Tiago regressou à sua terra natal, Moçamedes, também no litoral sul, levando uma muda de roupa civil e 110 mil novos kuanzas (cerca de 11 mil escudos) de subsídio para a reintegração na vida civil. Lá o esperavam quatro filhos, com idades entre os dois e os oito anos, fruto de outras tantas visitas. Ao contrário de muitos outros, Tiago foi tendo algumas notícias da família, de grande influência religiosa (como se percebe pelo seu nome): “O meu pai é sacristão.”

**O**s actos simbólicos da desmobilização decorreram em ambientes diferentes. Em Kamitongo, a 20 quilómetros para leste de Luena, capital da província, estavam cerca de seis mil militares do exército do MPLA. Reinava uma grande descontração, com os soldados mais preocupados em encontrar uma sombra do que em responder aos apelos insistentes emitidos por uma potente instalação sonora: “Estejam atentos. Todos de pé.” Alguns familiares dos soldados a desmobilizar tinham percorrido a pé uma extensa anhara (savana angolana) e entoavam cânticos e vivas à paz. Neste espaço, a principal animação chegou com “as mães da OMA” (Organização da Mulher Angolana), que cantaram e dançaram.

No acantonamento da Chikala, a 50 quilómetros para este, para onde as entidades oficiais e os jornalistas foram transportados nos helicópteros das Nações Unidas, encontravam-se cerca de três mil guerrilheiros da UNITA. À chegada, o som persistente dos tambores e os cantos fazem supor um ambiente festivo. Mas aquilo a que se assistia era, afinal, ao ritual dos cantos de guerra: “Nas matas, para nos descontrairmos, costumamos cantar”, explica um dos soldados que ali estava. Enquanto alguns cantavam e toca-

vam tambores — visivelmente os mais jovens —, os outros mantiveram-se em sentido durante mais de três horas.

**N**uma sociedade dominada pelo mercado paralelo, com uma produção agrícola que não chega a ser de auto-subsistência, o preço dos bens alimentares é exorbitante e as perspectivas de trabalho não são animadoras. Com este quadro, são imprevisíveis as consequências do processo de desmobilização. Entre estes mais de cem mil jovens, muitos poderão ficar à deriva e recorrer à delinquência para sobreviver. Para a maioria, se nas suas terras de origem não melhorarem as condições de vida, será difícil resistir à tentação das grandes cidades, onde os caminhos da sobrevivência são, apesar de tudo, mais abundantes...

Esta preocupação tem estado presente nos discursos, quer do Governo angolano, quer da UNITA, quer dos observadores internacionais do processo de paz. E, para a reintegração social destes jovens, muitos milhões já foram canalizados pela ajudas internacionais, sobretudo no sentido da formação de profissionais nas áreas que mais serão solicitadas no processo de reconstrução do país.

Este é, de facto, o grande desafio. Corrigir em alguns meses uma herança de anos. No seu discurso em Kamitongo, o general António dos Santos França “N’Dalu”, representante do Governo angolano na Comissão Conjunta Político-Militar, deixou uma mensagem de apoio a todos os que vão agora procurar o rumo interrompido da vida: “Se até aqui tínhamos de nos preocupar convosco, a partir daqui ainda mais razões temos para isso.” ●

## CABO VERDE

Abriu 'caça'  
aos homens  
do Presidente?

CABO VERDE parecia, na semana passada, ter dado mais um passo para que o debate da nova Constituição desembocasse numa crise semelhante à de S. Tomé, quando estalou a polémica entre o Governo e o presidente da Câmara de S. Vicente, Onésimo Silveira, a propósito da alegada situação de fome na segunda cidade do arquipélago. Tal como em S. Tomé, a tentativa do primeiro-ministro Carlos Veiga de impor a Cabo Verde um figurino de «parlamentarismo mitigado», que reduziria o Presidente a figura protocolar, está a causar forte polémica. Outra proposta altamente sensível é a eleição de juizes do Supremo pelo Parlamento.

Onésimo Silveira é um dos principais apoiantes do Presidente Mascarenhas Monteiro e, nas eleições autárquicas de Dezembro, infligiu uma pesada derrota ao candidato de Carlos Veiga. Agora, a «caça» aos chamados «homens do Presidente» parece ter sido aberta, com o Governo a admitir «cortar relações» com a Câmara de S. Vicente, Silveira a acusá-lo de estar a arqui-tectar uma manobra para o destituir e impor ao município uma comissão administrativa, e a mandatária da campanha de Mascarenhas Monteiro — Luísa Ferro Ribeiro, tia do presidente da Interfina — a receber um ultimato para abandonar a residência do Estado que ocupa desde que regressou a Cabo Verde, a seguir à independência.

Contactado pelo EXPRESSO, Onésimo Silveira estabeleceu um nexu entre o «clima de campanha eleitoral» que rodeia o debate da Constituição e a reacção «emotiva» do Governo à sua declaração sobre a situação social: «O Governo de Carlos Veiga está a reagir

como o comum dos governos africanos — só aceita que se fale de fome quando as pessoas começam a morrer pelas ruas.» Silveira foi até recentemente o representante do Alto Comissariado para os Refugiados em Moçambique e já tinha desempenhado idênticas funções em Angola e na Somália. Disse que vai lançar uma campanha internacional de ajuda ao seu município, «onde milhares de famílias padecem de fome», a começar por Oeiras, aonde se desloca em Junho, a convite de Isaltino Morais.

«Escolheria  
outro figurino»

Para o autor do projecto de Constituição, Vladimiro Brito, professor de Direito Constitucional e Internacional da Universidade do Minho, não há contudo motivo para alarme. «O cabo-verdiano sempre gostou de debates acalorados», disse. Também ele cabo-verdiano, Brito foi o defensor do antigo presidente de honra do PAIGC, Rafael Barbosa, no célebre processo de 1977 em que o velho combatente foi condenado à morte. Agora mostra-se completamente aberto às críticas ao seu trabalho, nomeadamente as vindas da Assembleia dos Magistrados de Cabo Verde e dos juristas portugueses Martins da Fonseca e Medina Carreira. «As acusações de ter tentado politizar os tribunais não levam em conta que, no modelo escolhido, o Supremo é também o Tribunal Constitucional», esclareceu. Sobre a questão do regime, lembrou que foi chamado «como técnico» a quem Carlos Veiga forneceu «as medidas». Mas, como cidadão cabo-verdiano e se fosse ele a mandar, frisou, «não elegeria o parlamentarismo».

Portugal vai ter  
instalações militares em Bissau

PORTUGAL terá instalações militares em Bissau depois de os ministros da Defesa de Portugal e da Guiné, Fernando Nogueira e Samba Lamine Mané, terem assinado, ontem em Lisboa, um protocolo adicional ao acordo de cooperação técnico-militar.

Cedido pela Guiné, o imóvel e o terreno circundante destinam-se a alojar as equipas militares e civis portuguesas, bem como a servir de base operacional ao apoio militar português, no âmbito do programa de cooperação militar.

A Guiné-Bissau pretende «seguir o modelo» de Defesa Nacional português, assumiu Samba Mané. Por sua vez, Fernando Nogueira escusou-se a revelar o montante financeiro envolvido na prestação de apoio militar à Guiné-Bissau, que data de 1989. Argumentando que «o que conta é a relação entre os dois povos» e não «aspectos financeiros e contabilísticos».

Fernando Nogueira, que se deslocará a Bissau, a convite do seu homólogo, garantiu que os acordos militares não têm em vista contrapartidas económicas, mas não deixou de reconhecer que um bom relacionamento governamental e militar «com cer-

teza facilita as relações económicas». A questão foi suscitada devido ao acordo de cooperação, que abrange oito áreas, incluir um ponto sobre «a reestruturação da Marinha nacional» guineense, que dá resposta à «necessidade de fiscalização e patrulha da Zona Económica Exclusiva» da Guiné-Bissau, a qual se deverá iniciar já este ano. Para isso, serão, entre outras medidas fornecidas duas lanchas de desembarque e outro equipamento e destacado um corpo de fuzileiros.

O programa de cooperação contém, além da reestruturação da Marinha guineense, mais sete pontos, dos quais apenas o de «implantação do serviço de manutenção militar» ainda não foi iniciado, devendo sê-lo durante o «primeiro semestre do corrente ano». Os outros seis projectos prendem-se com as reestruturações da engenharia militar, da Arma de Transmissões e do serviço de material, com a assistência hospitalar em Portugal a militares guineenses que não possam ser tratados na Guiné e com o apoio ao ensino do português nas Forças Armadas guineenses, «incluindo a vulgarização do vocabulário militar».

São José Almeida

## Político guineense no Porto

O PRESIDENTE do Partido da Convergência Democrática (PCD) da Guiné-Bissau, Victor Mandinga, de 36 anos, encontra-se presentemente em Portugal, onde hoje terá contacto com empresários de Aveiro e do Porto, cidade onde tenciona ficar até quinta-feira. Numa anterior viagem, há três semanas, fora recebido em Lisboa por políticos do PSD, do PS e do CDS, aos quais solicitou apoio para o processo de democratização em curso naquele país.

Ministro da Defesa da Guiné-Bissau  
Apreço pela cooperação  
militar com Portugal

A GUINÉ-BISSAU está satisfeita com a «maneira prática e muito pronta» como tem decorrido a cooperação técnico-militar com Portugal, afirmou o ministro guineense da Defesa, Samba Lamine Mané, que se encontra em Portugal para uma visita oficial de três dias, veio fazer o balanço da cooperação entre os dois países no campo militar.

O ministro guineense afirmou que a cooperação com Portugal se insere no projecto de reestruturação das Forças Armadas do seu país numa fase de transição para a democracia em que os militares têm de assumir um papel apartidário. Neste sentido, acrescentou que a prioridade do seu ministério não é adqui-

rir equipamento, mas antes formar pessoal, pois «precisamos de quadros à altura para dirigirem umas Forças Armadas dimensionadas ao tamanho e à economia do nosso país». Actualmente, Portugal participa na reestruturação da Marinha de Guerra, da engenharia militar, do serviço de material e da arma de transmissões das Forças Armadas guineenses. Outros projectos em curso inserem-se na assistência hospitalar a evacuadas e apoio ao ensino da língua portuguesa aos militares guineenses.

# Postais pela paz

António Marujo

Até ao início do Verão, poderão chegar à Comunidade de Santo Egidio, onde decorrem as negociações para a paz em Moçambique, mais de 400 mil postais. Pedem que a Frelimo e a Renamo se entendam de vez. Em Portugal, 50 mil cartões serão distribuídos pelos Missionários Combonianos a partir de amanhã.

Uma campanha inédita em Portugal de pressão pública pela paz em Moçambique é lançada a partir de amanhã. Com uma frase — "Peço que as delegações da Frelimo e da Renamo se comprometam a intensificar os seus esforços para alcançar, no mais curto espaço de tempo, a efectiva suspensão das hostilidades" —, as revistas missionárias "Além-Mar" e "Audácia", esta última dedicada aos mais novos, lançam a iniciativa.

Campanha semelhante conheceu um êxito assinalável em outros dois países: de Moçambique, seguiram para a Comunidade de Santo Egidio (Piazza Santo Egidio, 3 — 00153 Roma), mais de uma centena de milhar de postais; e em Itália, 14 Organizações Não Governamentais (ONG) distribuíram outros 120 mil postais, a que se seguirá uma segunda remessa, a ser impressa dentro de pouco tempo. Em Espanha, a revista "Mundo Negro", da mesma congregação religiosa, fará distribuir, na sua edição de Junho, a sair dentro de um mês, mais 100 mil postais.

Como sucede com as campanhas da Amnistia Internacional, cada pessoa só tem o trabalho de escrever o seu nome e morada no postal e colar-lhe um selo.

A iniciativa surge no momento em que estava prevista outra ronda de negociações que, mais uma vez, foi adiada (ver PÚBLICO de ontem). O ministro moçambicano dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi, indicou entretanto que Portugal participará na próxima ronda de conversações de paz, possivelmente no princípio de Maio.

Esta campanha "pretende afirmar às duas partes que não são só elas as donas do futuro de Moçambique", disse ao PÚBLICO o padre Tiago Palagi, 48 anos. Superior provincial dos Missionários Combonianos em Moçambique, é um dos principais responsáveis pelas recentes tomadas de posição daquela congregação religiosa sobre a situação no país.

De passagem por Lisboa — regressa logo à noite a Moçambique — o padre Palagi está bem colocado para avaliar a situação que se atravessa: de origem italiana, chegou à antiga colónia portuguesa em Outubro de 1976. Esteve dez anos a trabalhar na diocese de Tete e, desde Janeiro de 1987, quando foi eleito para o cargo que agora ocupa, encontra-se em Nampula.

No início deste ano, contactou com todas as 17 comunidades onde vivem os 54 Combonianos que trabalham no país. Agora, acabado de regressar de Roma, falou com pessoas ligadas ao processo negocial. E pensa que este atravessa uma fase de impasse: "Têm que se colocar de lado muitas reivindicações e tratar do cessar-fogo quanto antes", afirma. Mas reconhece a falta de condições: "Há muita desconfiança entre as partes e falta um mediador forte, porque a Igreja e a Itália já não conseguirão mais nada, senão aguentar as delegações sentadas à mesa".

E que mediador? "Portugal, os Estados Unidos, talvez mesmo a Inglaterra", diz. Poderá mesmo chegar-se à conclusão de que a Igreja se deve retirar para dar o lugar a outros, depois de ter "cumprido o seu papel" de aproximação entre a Frelimo e a Renamo. ■

Ao largo da costa moçambicana

## Milhares de toneladas de "fuel" derramado não ameaçam Maputo

ESTIMA-SE QUE mais de 12 mil toneladas de "fuel oil" tenham sido derramadas no mar alto, a cerca de 173 quilómetros da costa moçambicana, na sequência do afundamento do petroleiro grego Katina P, registado na manhã de domingo.

O derrame, que já atinge uma área de 36 quilómetros, ocorreu quando, ao ser levado pelo super-rebocador sul-africano John Ross para águas marítimas internacionais, com o objectivo de fazer o transbordo de mais de 60 mil toneladas de combustível dos seus porões para navios-tanque, o Katina P se partiu em dois e se afundou. O alquebramento atingiu três tanques que, a estarem cheios como se supõe, deveriam conter o "fuel oil" derramado.

Segundo o perito sul-africano em meio ambiente Anton Molow, não existe para já o perigo de a maré negra vir a atingir águas moçambicanas, uma vez que se dirige para o mar alto. Na pior das hipóteses, a poluição poderá alcançar a costa sul-africana.

O petroleiro grego afundou-se na ponta de Zavora, na província de Inhambane, cerca de 350 quilómetros a norte do local onde havia encajado há mais de uma semana, em águas moçambicanas, encontrando-se a 900 metros de profundidade.

### Mistérios no rebocador

Em conferência de imprensa concedida ontem em Maputo, o ministro da Cons-

trução e Águas, João Salomão, disse não poder "dar uma informação categórica definida a respeito de especulações sobre o facto de Moçambique não ter sido autorizado pelo rebocador sul-africano a acompanhar a complexa operação de reboque para águas internacionais".

Anteriormente, o director nacional da Marinha, João Siteo, referiu-se "a questões técnicas" para justificar a ausência de funcionários moçambicanos, no rebocador John Ross.

Três tripulantes do petroleiro grego — o seu comandante, o operador de rádio e um bombeiro — encontram-se a bordo do rebocador sul-africano, que ruma em direcção ao porto de Durban. As autoridades moçambicanas aguardam a sua chegada a Maputo, para serem ouvidos pela Comissão de Inquérito nomeada pelo Conselho de Ministros.

Uma baleeira salva-vidas, pertencente ao cargueiro grego deu à costa, junto ao clube marítimo em Maputo, e foi encontrada sem tripulantes.

Na altura do encalhe o Katina P derramou na baía de Maputo mais de três mil toneladas de combustível, o que levou as autoridades moçambicanas a proibirem o uso das praias, e a pesca na zona afectada.

Contudo, o trabalho de limpeza realizado na baía de Maputo e ilha de Inhaca permitiu o reatamento das actividades normais, exceptuando a apanha de bivalves e caramujo. ■

Teresa Lima, em Maputo

## Cooperação com Moçambique

O GOVERNO moçambicano pretende assinar, nos próximos meses, um protocolo com a Associação Industrial Portuguesa, segundo afirmou ontem o ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Pascoal Mocumbi, no final de um encontro com cerca de uma centena de empresários portugueses, que se realizou ontem no Porto. O chefe da diplomacia moçambicana referiu ainda que a recente missão da AIPortuguesa ao seu país foi constituída por uma "delegação diferente", invocando propostas concretas apresentadas, que resultaram num "programa calendarizado". "É a iniciativa mais promissora já idealizada para a promoção do investimento em Moçambique", afirmou Pascoal Mocumbi. ■

# Superior dos cambonianos em Lisboa Portugal deve ajudar negociações moçambicanas

PÚBLICO  
29 ABRIL 1992

PORTUGAL, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha devem reforçar a mediação italiana nas negociações para a paz em Moçambique, defendeu o padre Tiago Palagi, superior da ordem dos missionários cambonianos moçambicanos, durante a conferência de imprensa que ontem deu em Lisboa.

O padre Tiago Palagi considerou que as negociações estão a processar-se de uma forma "lenta de mais", porque os "mediadores actuais não têm força de pressão para fazer a paz". O superior dos cambonianos opinou ainda que o problema moçambicano é mais complexo e menos bem demarcado do que o angolano, pelo que países com grande peso económico se devem empenhar no processo. Mas este eclesiástico, que reside em Moçambique desde 1976, frisou a necessidade de ser obtido um acordo entre a Frelimo e a Renamo: "O cessar-fogo, o fim da guer-

ra é o acontecimento mais desejado pelo povo moçambicano. As conversações de Roma não lhes dizem respeito se não sair de lá a paz." No entanto, avançou que a mediação italiana, desempenhada pela comunidade de Santo Egidio, se mostra "esperançada na obtenção do cessar-fogo até ao final do ano", informação que lhe foi dada pelo membro daquela comunidade, o padre Matteo Zuppi, com que se avistou em Março passado.

Por outro lado, o missionário classificou de "angustiantes" as condições em que vivem os refugiados em campos no Malawi que visitou recentemente. O padre Tiago Palagi acrescentou que existem cerca de 200 mil refugiados moçambicanos na África do Sul, 150 mil no Zimbábue, 70 mil na Tanzânia, 40 mil na Zâmbia, 30 mil na Suazilândia e, em Moçambique, existem quatro ou cinco milhões de deslocados. ■

Deus Pinheiro sobre Moçambique

## Portugal não mediará próxima ronda negocial

PÚBLICO  
30 ABRIL 1992

O MINISTRO português dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, reafirmou ontem, em Lisboa, que Portugal não será mediador na próxima ronda de negociações para a paz em Moçambique, prevista para Maio.

"Portugal participará da forma que puder ser julgada mais útil, ajudando a mediação italiana, que tem sido muito eficaz", afirmou Deus Pinheiro, no fim de uma audiência com o seu homólogo moçambicano.

"Estive a dizer ao senhor ministro Deus Pinheiro que não há fronteira precisa entre mediar, observar e ajuziar", disse Mocumbi, que reiterou o interesse de Moçambique numa intervenção mais activa de Lisboa nas conversações.

Apesar de negar uma intervenção como mediador, Deus Pinheiro utilizou praticamente as mesmas palavras de Mocum-

bi para qualificar o papel a desempenhar por Lisboa na próxima ronda. O responsável pela diplomacia portuguesa afirmou que Portugal, juntamente com outros países que vão entrar agora no processo, "observará, mediará, ajuziará, disponibilizará e colaborará no grande objectivo de todos — conseguir o sucesso" das negociações. Relativamente à data de início da próxima ronda, Pascoal Mocumbi pouco adiantou, limitando-se a dizer que depende do interesse das partes.

"A perspectiva é em Maio", afirmou o responsável pela diplomacia moçambicana, que discutiu ainda com o seu homólogo português aspectos relacionados com a reunião dos MNE do grupo 5+1, que se realizou há duas semanas na capital portuguesa, e a situação internacional. ■

# Renamo desmente encontro de Lisboa

PÚBLICO  
SÁBADO, 2 MAIO 1992

O REPRESENTANTE da Renamo em Maputo, Anselmo Victor, desmentiu ontem uma notícia transmitida quinta-feira por uma rádio portuguesa, segundo a qual o líder do movimento rebelde, Afonso Dhlakama, e o Presidente moçambicano, mencionavam encontrar-se em Lisboa, no final do mês, numa reunião que seria o pretexto do Governo português. "Não tem qualquer fundamento", afirmou Anselmo Victor à agência Lusa, recordando de seguida que Dhlakama pediu um encontro "cara a cara" com Chissano, mas que até ao momento não teve qualquer resposta. Segundo o representante da Renamo, "um encontro entre os dois líderes nunca poderia ter um carácter secreto, nem de improvisação". Anselmo Victor disse ainda que o seu movimento pretende que tal reunião se realize em local onde não decorra nenhuma negociação de paz, não sendo a hipótese de Lisboa, desde que esta seja aprovada pela mediação italiana. ■

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 23 ABRIL 1992

## Chissano em Portugal

O PRESIDENTE moçambicano, Joaquim Chissano, vai estar em Portugal nos dias 3, 4 e 5 de Junho por ocasião da sua deslocação ao Rio de Janeiro onde participa na conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Ambiente. O ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Pascoal Mocumbi, anunciou a visita de Chissano ao fim da manhã de ontem, depois de uma audiência de mais de uma hora com Cavaco Silva na residência oficial de S. Bento. "Informei o primeiro-ministro da evolução do processo para a paz em Moçambique, falamos no papel que Portugal está a desempenhar e vai desempenhar nas fases que se aproximam e que são cruciais, e falamos também do que será a fase seguinte, depois dos acordos de Paz", afirmou Mocumbi. O ministro confirmou que Portugal vai participar na próxima ronda de negociações de paz previstas para Roma, ainda sem data marcada, mas que deverão ocorrer no princípio do próximo mês de Maio. ■

## Chissano talvez

ALBERTO JOÃO Jardim admitiu a possibilidade de o Presidente da República de Moçambique, Joaquim Chissano, visitar oficialmente a Madeira ainda durante este ano. Jardim disse ser abordado o assunto com a representante diplomática de Maputo na capital portuguesa, dependendo tudo "do acerto de calendário". A confirmar-se, a visita deverá ocorrer depois da prevista deslocação de Chissano ao Brasil e a Portugal, no próximo Verão. Recorde-se que o presidente do Governo da Madeira visitou oficialmente Moçambique em Maio de 1991, tendo sido recebido por Chissano e por Pascoal Mocumbi, o MNE moçambicano. A possibilidade de canalizar para Moçambique investimentos portugueses, especialmente da comunidade madeirense radicada na África do Sul, é um tema em agenda entre os dois governantes. ■

## Ferrovário de Maputo ganha na Taça CAF

PÚBLICO  
29 ABRIL 1992

O FERROVIÁRIO de Maputo (Moçambique) qualificou-se para os oitavos-de-final da Taça das Confederações Africanas de Futebol (CAF), ao derrotar, em Maputo, o Linare do Lesotho, por 4-0, na partida da segunda "mão". No primeiro jogo, disputado em Maseru, registou-se um empate a zero golos. Os tentos dos "locomotivas", treinados por Mário Coluna, foram apontados por Tonecas (20 e 70 minutos), Jojo (40m) e Tembe (75m). A equipa de Coluna vai agora defrontar a equipa angolana da Sagrada Esperança, com o encontro da primeira "mão" marcado para o dia 24 de Maio, em Maputo, e o da segunda "mão" em sete de Junho, em Angola. ■



# É possível que novo partido surja dentro de meses

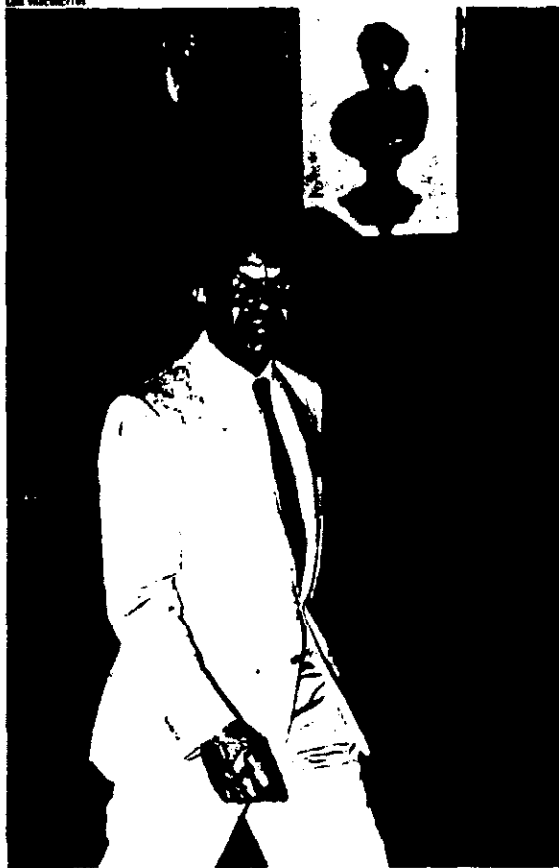
Do nosso enviado  
Jorge Heitor,  
em São Tomé

O Presidente da República de São Tomé e Príncipe admite que alguns dos seus colaboradores e amigos venham a criar um novo partido. Mas, uma vez esclarecido o conflito de competências que o tem oposto ao partido maioritário, espera que um novo primeiro-ministro possa ser nomeado ainda esta semana. Reconhece as dificuldades que o país atravessa e frisa que "toda a democracia é uma aprendizagem".

Miguel dos Anjos Trovoada, 66 anos, Presidente de São Tomé e Príncipe, admitiu ontem ao PÚBLICO que dentro de uma semana o seu país tenha já um novo Governo, pois não quer criar situações conflituosas com o partido que detém a maioria na Assembleia Nacional nem bloquear o funcionamento das instituições.

Em entrevista, de que publicamos as principais passagens, o Chefe do Estado confirmou porém o espírito existente com o Partido da Convergência Democrática (PCD) e esclareceu que no futuro não impedirá os seus amigos de lançarem uma nova formação política.

PÚBLICO — Os dias em São Tomé estão a ser difíceis...



Miguel Trovoada: "Quase tudo está por fazer mas o país não é inviável"

**MIGUEL TROVOADA** — Estamos no começo. Toda a democracia é uma aprendizagem. Há pequenos sobressaltos.  
P. — Está a ser mais difícil do que pensava...  
R. — Não podia esperar um mandato sem problemas. Sabia das dificuldades que tinha herdado. Só não esperava que problemas de ordem

institucional viessem complicar a situação.  
P. — Houve ambiguidades no texto da Constituição.  
R. — Não só. Todas as leis são passíveis de interpretações diferentes. Se não nos entendemos há pessoas que ajudam. No quadro do diálogo e da concertação tudo se resolve.

parentes para não criarem um novo partido.

## O PCD deve governar

P. — Queixam-se de que está a demorar a designação de um novo primeiro-ministro.

Mas no PCD havia uma franja que não estava de acordo com a minha candidatura.

P. — O PCD e Miguel Trovoada tinham projectos diferentes?

R. — Com o PCD houve uma sintonia de objectivos. Não ponho em causa o programa desse partido nem o programa do Governo. Mas há uma chantagem psicológica e política por parte de determinados elementos.

P. — Dissem que pretendeu, em 1990, e ainda pretende vir surgir um novo partido.

R. — Alguns apoiantes meus achavam preferível constituir-se uma outra força. Mas entendi que não se devia dispensar os votos (contra o MLSTP, o antigo partido único). A prática do primeiro ano da nova República veio mostrar que os tais indivíduos do PCD continuavam a sua acção contra mim.

Apoiantes meus querem esclarecer as mentiras, ir para o terreno. Agora já não vou impedir nada. Porque é que têm medo de um novo partido? É possível que dentro de meses surja uma nova formação. Já não digo mais aos meus colaboradores, amigos e

R. — Só na segunda-feira é que soube que acitavam formar novamente Governo. Mas colocaram uma série de condições. Disseram que a Assembleia é que será árbitro. Não entendo isso. Como o próprio PCD tinha sugerido uma comissão de juristas, vamos ouvir essa comissão. Se partirmos imediatamente para um novo Governo, partimos de uma base errada. Há que esclarecer situações. O PCD que transformar o Presidente da República num simples executante das suas decisões. Não aceito isso. Não irei além das minhas competências, mas também não ficarei aquém.

P. — Alegam que o país está paralisado.

R. — O Governo de gestão tem poderes para resolver muita coisa. Se houver dúvidas sobre um acto qualquer, o primeiro-ministro que venha ter comigo, e eu poderei delegar poderes. Falam agora de paralisação dos tribunais, mas desde o princípio do ano não houve um só julgamento em São Tomé e Príncipe. Os tribunais não funcionam há vários meses, não é só desde que demiti o primeiro-ministro.

P. — Mas quando diz se aceita ou não o nome proposto pelo PCD para primeiro-ministro, Norberto Costa Alegre?

R. — Não será nas próximas 48 horas. Mas creio que será no decorrer da próxima semana.

P. — Espera então que os juristas se pronunciem sobre as competências de cada órgão?

R. — Para mim, não tenho dúvidas sobre as minhas competências. Mas todas as acções do Presidente têm sido objecto de contestação sistemática. Há uma maneira perversa no modo como alguns indivíduos querem interpretar a Constituição. O problema não é jurídico. É político.

P. — Teremos ou não um segundo Governo do PCD?

R. — O PCD tem a maioria e deve governar. Mas a Constituição não diz que o partido maioritário impõe um nome para o cargo de primeiro-ministro. Pretendo uma prática mais consentânea com o espírito e a letra da Constituição, de que sou defensor intransigente. Mas não quero criar situações conflituosas. Não vou procurar bloquear. A inviabilidade do sistema não partirá de mim. Há sempre uma abertura para se procurar uma solução.

## Mudar a mentalidade dos dirigentes

P. — Como explica que o MLSTP, que não apoiou a sua candidatura, tome posição a seu favor no conflito com o PCD?

R. — É um jogo normal de exploração de uma situação. Os adversários dos nossos adversários são nossos aliados. Mas não tenho aliança nenhuma com o MLSTP.

P. — Se a crise se arrastar os militares poderão tentar ser tentados a tomar posição?

R. — Não creio que as Forças Armadas tomem posição. Não são chamadas a tomar posição. Não há perigo de golpe de Estado.

P. — Há países a procurar influir na evolução das acontecimentos? Portugal, a França, o Gabão...

R. — Os nossos parceiros de cooperação não tentam impor nos assuntos. São de uma correcção exemplar.

P. — São Tomé e Príncipe é ainda um país viável?

R. — Quase tudo está por fazer, mas o país não é inviável. Temos de mudar a mentalidade dos próprios dirigentes.

## São Tomé e Príncipe

# A vez de Costa Alegre

PÚBLICO  
TERÇA-FEIRA, 28 ABRIL 1992

O PARTIDO da Convergência Democrática (PCD), maioritário na Assembleia de São Tomé e Príncipe, propôs ontem ao Presidente da República, Miguel Trovoada, que convide a formar Governo o até agora ministro dos Assuntos Económicos e Financeiros, Norberto Costa Alegre.

Engenheiro químico de 41 anos, licenciado pela Universidade Nova de Lisboa, casado com a ministra dos Negócios Estrangeiros, Alda Bandeira, não foi porém uma escolha pacífica do Conselho Nacional do PCD, reunido durante o fim de semana — revelou ao PÚBLICO o presidente do PCD e da

Assembleia Nacional, Leonel d'Alva.

O Presidente Trovoada, que na semana passada demitiu o primeiro Governo do PCD, chefiado por Daniel Daio, e convidara esse partido a formar novo executivo, disse que iria estudar a proposta ontem recebida e que em breve daria uma resposta. Mas pareceu aparentemente sensível à disponibilidade do partido maioritário para negociar com a principal força da oposição, o MLSTP, derrotado nas legislativas de 20 de Janeiro do ano passado.

Na hipótese de Miguel Trovoada seguir a proposta recebida e convidar Norberto Costa

Alegre a formar Governo, é possível que ao mesmo sejam chamadas algumas figuras não pertencentes aos quadros dirigentes do partido de Leonel d'Alva e Daniel Daio. Mas esta via ainda terá de ser muito bem discutida ao longo dos próximos dias.

Entretanto, ao aceitar formar novo Governo, o PCD colocou como condição que o Presidente não crie dificuldades à execução do seu programa e que se estabeleça um pacto social em que os partidos da oposição e outras forças se comprometam a evitar as greves e as manifestações de rua, consideradas desestabilizadoras.

Se isso não fosse possível, o

grupo de Leonel d'Alva preferiria que se formasse um Governo de iniciativa presidencial, como última hipótese de evitar a dissolução da Assembleia Nacional e a convocação de eleições gerais antecipadas.

Enquanto a primeira crise institucional da II República assim se arrasta, o Chefe do Estado-Maior do pequeno Exército de São Tomé e Príncipe (300 homens), capitão João Benga, veio a público afirmar ser necessário que os políticos se entendam. E nos países africanos as coisas vão mal quando as Forças Armadas começam a intervir, por mais pequenas que sejam. ■

Manuel Dende, em São Tomé

# Crise em São Tomé passa por Sintra

FLAVIO  
DEPARTAMENTO DE NOTÍCIAS

Do nosso enviado  
Jorge Heitor,  
em São Tomé

A crise governamental em São Tomé está para durar. E tanto assim é que o chefe da oposição se dá ao luxo de ir passar cinco dias e meio a Portugal, respeitando os seus compromissos com Cavaco Silva e com os demais companheiros da família liberal.

O secretário-geral do MLSTP/PSD, Carlos Graça, de 60 anos, disse-nos ontem — horas antes de seguir para Lisboa — que nada de particularmente importante deverá acontecer em São Tomé durante os próximos dias, em termos da crise política. Isto porque o Presidente Miguel Trovoada ainda deverá demorar até à próxima semana uma resposta ao Partido da Convergência Democrática (PCD), que lhe propôs o nome de Norberto Costa Alegre para primeiro-ministro.

Por outro lado, o próprio assessor político da Presidência,

Gabriel Costa, admitiu ao enviado do PÚBLICO que a presente crise constitucional não tem uma saída previsível dentro de três ou quatro dias.

A vida em São Tomé e Príncipe decorre com a lentidão de sempre, por entre o calor e a chuva, sem que o povo se excite demasiado com as querelas dos políticos, que ainda não encontraram a melhor maneira de administrar este território essencialmente agrícola herdado do colonialismo.

E alguns estrangeiros aqui residentes consideram um exagero a forma como na Europa se noticia o conflito entre o Presidente Trovoada e o partido que o ano passado ganhou as primeiras eleições legislativas pluralistas em 17 anos de independência.

Prestes a participar em Sintra no encontro liberal "Novas respostas para a questão social", organizado pela fundação alemã Friedrich Neumann, o chefe da oposição são tomense, Carlos Graça, disse-nos que o MLSTP está hoje mais próximo do Presidente da República do que o PCD, que apoiou a sua eleição há 13 meses.

Manifestou-se céptico quanto à falada hipótese de uma nova formação política, "trovoadista", e igualmente desconfiado da "solução Costa

Alegre", membro da "ala mais dura" do PCD.

Graça, hoje o claro herdeiro de toda a tradição do MLSTP, depois de o antigo Presidente Manuel Pinto da Costa se ter afastado da política e ido fazer negócios para o estrangeiro, admite muito claramente que o seu partido espera regressar ao poder antes de passados os quatro anos de uma normal legislatura.

## Um debate mais passional do que intelectual

Preconiza um "Governo de Unidade Nacional", a combinar entre os diferentes partidos, que são fundamentalmente dois, diz que o debate em São Tomé e Príncipe está a ser mais passional do que intelectual e político e recorda-nos os antecedentes históricos, de extrema-esquerda, em 1974, das pessoas que actualmente contestam mais abertamente Miguel Trovoada, como o proposto primeiro-ministro, o seu irmão Filinto Costa Alegre e a sua mulher, Alda Bandeira, ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em Março de 1975, era então Pires Veloso Alto Comissário português em São Tomé, durante o período de transição, aquele grupo, então consi-

derado maoista, foi afastado do MLSTP, juntamente com os ministros Pedro Umbelina (agora radicado na Suécia) e Gastão Torres (a viver em Portugal).

Segundo Carlos Graça, que mais tarde também saiu do MLSTP, mas pela direita, voltando anos depois, muitos dos militantes do PCD actualmente em choque com Trovoada teriam preferido ver Gastão Torres na Presidência, mas a candidatura desejada por alguns nunca se chegou a concretizar.

"Se agora houvesse eleições gerais antecipadas, o resultado seria substancialmente diferente do do ano passado e o MLSTP voltaria a formar governo" — considerou o homem que, durante os anos em que esteve afastado deste partido, foi médico do Presidente gabonês, Omar Bongo.

Graça disse-nos que não espera ser candidato nas próximas eleições presidenciais, mas que é ainda muito cedo para afirmar se eventualmente apoiará uma candidatura de Trovoada à reeleição.

Entretanto, estará logo à noite a jantar com Cavaco Silva, depois de, na semana passada, a crise o ter impedido de ir a uma conferência sobre Democracia e Direitos Humanos, para que fora convidado por Durão Barroso. ■

São Tomé e Príncipe

## À espera da ajuda portuguesa

OS CONSTITUCIONALISTAS portugueses Vital Moreira, Jorge Miranda e Gomes Canotilho são este fim-de-semana os homens mais esperados em São Tomé, pois o seu contributo é considerado fundamental para a resolução da crise que o país atravessa há um mês.

O presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, Leonel Alva, manifestou-nos ontem a esperança de que a presente crise constitucional seja ultrapassada dentro de alguns dias, em especial se vierem de Lisboa os constitucionalistas desejados tanto pelo chefe de Estado, Miguel Trovoada, como pelo Governo.

Vital Moreira, Jorge Miranda e Gomes Canotilho são alguns dos especialistas portugueses contactados nos últimos dias para uma deslocação urgente a São Tomé, como reforço dos juristas locais que estão a procurar colmatar as lacunas existentes na Constituição que este peque-

no país equatorial referendou em Agosto de 1990.

Leonel d'Alva, de 56 anos, tantos quanto Trovoada e o antigo Presidente Manuel Pinto da Costa, disse-nos ontem que gostaria de ver o novo primeiro-ministro indigitado o mais depressa possível, mesmo sem esperar pela clarificação dos artigos constitucionais que tanta polémica têm levantado entre a Presidência da República e o Governo.

Alva, que também é presidente do Partido da Convergência Democrática (PCD), actual base da governação são-tomense, observou-nos que muitas medidas de carácter impopular terão de continuar a ser tomadas até meados de 1993, mas que é de evitar a todo o custo a realização de eleições gerais antecipadas. Tal como não vê por agora a necessidade de uma grande coligação: "O MLSTP está com muita pressa de voltar ao poder.

Está com saudades. Mas um certo tempo na oposição até faz bem".

Durante a conversa que com ele mantivemos, o presidente da Assembleia, que já desempenhara idênticas funções de 1975 a 1980, revelou-se um dos dirigentes mais calmos do seu partido, onde os políticos com mais juventude (surgidos por altura do 25 de Abril) se apresentam por vezes extremamente críticos em relação ao chefe de Estado.

Por estranho que pareça, na pátria do cacau, ainda e sempre muito ligada à sua matriz colonial portuguesa, o Presidente Trovoada — velho amigo de Mário Soares — está agora a ser acusado pelos jovens turcos do PCD de "ter um comportamento à Eanes", aproveitando a sua posição presidencial para apadrinhar o surgimento de uma nova formação política.

Dizia-se desde há semanas que o eventual grupo, com a bênção de Miguel Trovoada, se pode-

ria chamar União Social Democrata, mas agora, para que tudo se torne mais curioso, até já se afirma que o fantasmagórico agrupamento se poderia muito bem chamar... PPD, Partido Para a Democracia.

Enquanto isto, o pequeno território de 130 mil habitantes continua numa situação económica e financeira grave, sem estruturas, prisioneiro de um cacau cuja cotação internacional não tem deixado de descer desde há 17 anos. Não há parque industrial, nem grande capacidade energética; as estradas são más e os medicamentos escasseiam.

A população de São Tomé e Príncipe não morre à fome, porque tem a fruta-pão, a banana, porcos, cabras e galinhas. Mas o seu nível de vida está muito abaixo do de qualquer povo europeu; e à noite, mesmo na capital, nem sequer há iluminação pública. ■

Do nosso enviado Jorge Heitor,  
em São Tomé

# “Trovoada quer destruir o PCD”

O SECRETÁRIO-GERAL do Partido da Convergência Democrática (PCD) e primeiro-ministro em gestão, Daniel Daio, de 44 anos, declarou ontem ao PÚBLICO que o Presidente da República são-tomense gostaria de destruir aquela formação política e de criar outra, que se poderia chamar União Social Democrata.

Daio, que já foi tenente do Exército português e membro do Bureau Político do MLSTP, o antigo partido único, (e em cujo gabinete vimos uma biografia ilustrada de Cavaco Silva), considerou que o Presidente Miguel Trovoada “tem o seu projecto, que não é conhecido”, e que nunca lhe apresentou “nenhuma proposta séria” para a resolução das divergências existentes.

No seu entender, o país está a colher os frutos da ambição em que o antigo regime acabou por transformar a Constituição, a partir de um projecto original de Jorge Miranda que era muito próximo da Constituição Portuguesa; e o arrastar da crise é prejudicial ao prosseguimento do programa de ajustamento estrutural de médio prazo combinado com o Banco Mundial.

Segundo ele, o PCD desejava formar agora um Governo de base alargada, de que se encarregaria o seu cunhado Norberto da Costa Alegre, ministro dos Assuntos Económicos e Financeiros no Executivo que Trovoada demitiu no dia 22 de Abril. E isto depois da recusa de uma personalidade independente sondada para o efeito: o senhor Fernando Paquete, antigo ministro do Equipamento Social e Ambiente da Administração MLSTP, derrotado há 14 meses.

Daniel Daio defende que o seu Executivo estava a seguir “uma linha correcta” e apresenta como prova uma carta de 2 de Abril em que o Banco Mundial felicita o Governo de São Tomé e Príncipe pelos resultados já obtidos no que respeita à estabilização macroeconómica, com particular ênfase para a desaceleração da inflação durante o segundo semestre do ano passado e para a redução da diferença entre o câmbio oficial (um escudo-2,1 dobras) e o paralelo.

## Deslealdade institucional

“Tal desempenho positivo é o resultado das medidas que o Governo corajosamente tomou para reverter a situação herdada da acentuada deterioração económica” — lê-se na

carta de Edwin Lim, director do Banco Mundial para a África Ocidental.

Por outro lado, o primeiro-ministro alegou-nos que no seu controverso discurso de 3 de Abril nada havia que levasse o Presidente da República a considerá-lo culpado de deslealdade institucional e a demiti-lo, pois que apenas disse que o chefe de Estado tinha feito “alusões públicas menos abonatórias” da acção do Governo, e que de algumas dessas alusões se estaria a servir a oposição.

## “Fechar as portas ao diálogo”

Diferente é, porém, a opinião da Presidência da República, segundo a qual não seria admissível que o primeiro-ministro estivesse a fazer uma associação de ideias entre Miguel Trovoada e a oposição.

A Presidência está agora a analisar com alguns juristas são-tomenses — e em contacto com juristas portugueses — a possibilidade de ultrapassar as ambiguidades da Constituição, antes de decidir se convida Norberto da Costa Alegre a formar Governo, ou se encontra melhor saída.

O assessor de Trovoada para os assuntos políticos e jurídicos, Gabriel Costa, disse-nos ontem haver predisposição para que um entendimento seja possível e que na próxima semana já deverá existir um novo Governo, mas também acusou o PCD de “estar a fechar as portas ao diálogo”.

Enquanto isto, o MLSTP/Partido Social Democrata não deixa de procurar tirar os seus dividendos de todas as contradições existentes entre Trovoada e o partido que há pouco mais de um ano o fez eleger Presidente de um país de que já fora primeiro-ministro.

O secretário do MLSTP para as Relações Exteriores, Manuel Vaz Fernandes, declarou-nos ontem que possivelmente dentro de alguns meses terá de haver eleições gerais antecipadas: “O povo vota tantas vezes até que aprende a votar”...

Na véspera, o secretário-geral do mesmo partido, Carlos Graça, dissera-nos que “o povo é analfabeto” (politicamente falando, esclareceu depois); e que, por isso, é que o ano passado votara maioritariamente no PCD, sem distinguir o que haveria de demagógico em algumas das promessas desse novo partido. ■

do nosso enviado Jorge Heitor, em São Tomé

PÚBLICO

SEXTA-FEIRA, 1 MAIO 1992

## S. Tomé desiste do “Mundial”

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE vai comunicar à FIFA a sua desistência da disputa do apuramento da fase africana do Campeonato do Mundo de futebol de 1994, cuja fase final se disputará nos Estados Unidos. “Tudo estava bem encaminhado para São Tomé e Príncipe se apresentar, em Outubro, frente à selecção do Congo, mas a crise política vigente não favorece a nossa presença na prova”, afirmou David Monteiro, director geral dos desportos do país. A crise política, a primeira da II República, instalou-se no país desde o passado dia três de Abril, caracterizada por acusações mútuas entre o presidente da república, Miguel Trovoada e o primeiro ministro, Daniel Daio. O primeiro, usando os seus poderes constitucionais, demitiu o segundo e tem sobre a sua mesa o nome do candidato a primeiro ministro (Norberto Costa Alegre) há cerca de uma semana, nada apontando, contudo, para uma solução da crise nos próximos dias. “A multa de cinco mil francos suíços é bastante inferior aos custos programados”, explicou David Monteiro, referindo à penalização prevista para os países que abandonem a participação no “Mundial”. São Tomé e Príncipe, Líbia, Congo e Nigéria faziam parte do Grupo D de apuramento para a fase final do “Mundial”. ■

## Os planos do ANC

PÚBLICO  
29 ABRIL 1992

O CONGRESSO Nacional Africano (ANC) de Nelson Mandela revelou ontem os seus planos para uma nova África do Sul, entre os quais avultam a expropriação de herdades pertencentes a brancos e a atribuição de mais dinheiro a negros pobres. A política económica será dirigida para “a eliminação da pobreza e das extremas desigualdades geradas pelo sistema do apartheid”. Uma reforma agrária que permita “o acesso à terra (...) de pessoas proibidas de serem proprietárias por causa da raça e do sexo” deve ser aplicada — afirma ainda o documento do ANC. ■

# Polícia branco condenado à morte

David Beresford  
em JOANESBURGO

NA mesma altura em que tumultos eclodiam esta semana nas ruas de Los Angeles, tendo como rastilho o caso de violência policial exercida sobre Rodney King, um caso judicial semelhante decorria na África do Sul. Mas no caso sul-africano, a violência da polícia tinha assumido ainda maiores proporções.

Enquanto a polícia de Los Angeles celebrava a absolvição de quatro agentes brancos acusados de espancar King e tentava controlar a violência que se seguiu ao veredicto, um juiz da província de Natal condenava à força um comandante branco da polícia.

O condenado, o comandante Brian Mitchell, fora acusado de, em 1988, ter

mandado quatro agentes matar as pessoas que se encontravam num velório, durante a noite, numa zona do interior conhecida por Trust Feeds. Os polícias atacaram a barraca onde decorria o velório com fogo de armas automáticas, tendo-a depois incendiado.

O processo, denominado de «Massacre de Trust Feeds», foi apresentado na África do Sul como uma espécie de ponto de viragem nas questões ligadas à justiça e à ordem pública — a prova de que as forças de segurança estavam a mudar. Vários quadros superiores da corporação tentaram iludir as suas responsabilidades logo de início, mas tal foi impedido por um jovem agente que descobriu por acaso as provas, ao investigar outro crime.

As suas investigações foram apoiadas pela acusação pública e, quando se

chegou ao julgamento, o Ministério Público exigiu que os culpados fossem punidos com pena maior. Esta semana, o juiz subscreveu essa exigência. Declarando que a comunidade negra tinha direito a uma compensação, condenou Mitchell à morte e os quatro polícias negros a 15 anos de prisão cada.

## A «moeda de troca»

Mas se Trust Feeds parecia ser um sinal de que os tempos estavam a mudar na África do Sul, as dúvidas surgiram quando foi divulgado esta semana um facto extraordinário: o de que o polícia negro Khethani Shange fora libertado da prisão.

A história de Shange é muito semelhante à do capitão Mitchell e ao

(Continua na página 3)

# Reflexos na Áf. do Sul

(Continuação da 1ª página)

o massacre de Trust Feeds. Este detective, que trabalhava no bantustão de Kwazulu, dirigido por Buthelezi, matou um homem suspeito de ser simpatizante do ANC, Themba Gumede, bem como a namorada deste, em Fevereiro de 1990. Quando decorria o velório dessas suas duas vítimas, Shange voltou e matou mais três membros da família Gumede, incluindo a mãe do jovem morto — baleada quando rogava por compaixão.

Descrito pelo juiz que o julgou como um «animal vestido de polícia», Shange foi condenado a 27 anos de prisão. A sua libertação ocorre após ter cumprido apenas nove meses de cadeia.

Depois de inicialmente se ter recusado a emitir qualquer comentário, o Departamento de Serviços Correccionais declarou ao EXPRESSO que Shange tinha sido libertado ao abrigo de uma amnistia para «presos políticos». Um porta-voz afirmou que o ex-ministro Adriaan Vlok — despromovido para o departamento de serviços prisionais no ano passado, em consequência do escândalo sobre os financiamentos da polícia ao movimento Inkatha, chefiado por Buthelezi — faria uma declaração sobre o assunto no Parlamento, na próxima semana.

Recusou-se a fazer mais comentários. Mas o que se pode deduzir da decisão de tratar Shange como um «prisioneiro político» é que Mitchell poderá ser também agraciado com um perdão semelhante.

A revelação da libertação de Shange foi recebida com previsível indignação.

O ANC, ao exprimir esse sentimento, disse que apresentaria de imediato o caso ao Secretariado Nacional da Paz — formado para fiscalizar uma campanha multipartidária, em que se inclui o ANC e o Governo, e para restabelecer a paz nas cidades negras, através da reconciliação. «Será que esta pena está de acordo com o crime cometido?», perguntou a porta-voz da organização, Gill Marcus.

## De Klerk em causa

O grupo de defesa dos direitos humanos sediado em Pretória, Lawyers for Human Rights, emitiu um comunicado em que exprime a sua indignação e acusava o Presidente De Klerk de ter responsabilidade pessoal na decisão. Afirmava que o estratagema utilizado é uma «vergonha para o Governo e sublinha a necessidade de uma autoridade de transição que assuma o cargo o mais depressa possível». E acrescentava: «Como é que nós, residentes desta comunidade, podemos levar a sério o empenhamento tão proclamado pelo Governo de pôr termo à violência, à luz de acções como esta?»

Mas apesar de os activistas dos direitos humanos e os políticos exprimirem a sua indignação, não se conheciam outras reacções públicas — seguramente nada de comparável com o que se passa nas ruas de Los Angeles. Mas isso pode mudar, se considerarmos como um sinal um outro curioso caso jurídico: o de Gabriel Mahakoe.

A sentença ainda não foi lida, mas o

julgamento, na comarca de Bloemfontein, já atraía a atenção e provocou alarme da comunidade branca. Mahakoe confessou o assassinato de quatro membros de uma família branca, no estado de Orange.

Quando se apresentou pela primeira vez em tribunal, Mahakoe, de 42 anos, afirmou que era sua intenção matar entre 20 e 50 pessoas no dia em que atacou a família do lavrador e que pretendia assim «cortar rente a mão do apartheid». Entre os que realmente matou incluíam-se uma rapariga de 11 anos e um homem de 71. Posteriormente, em nova sessão, virou-se para a galeria cheia de extremistas brancos, gritando-lhes: «O vosso dia também chegará.»

Levado finalmente a julgamento esta semana no Supremo Tribunal de Bloemfontein, protestou violentamente por ser julgado por um juiz branco, gritando obscenidades, e interrompeu constantemente as declarações de uma testemunha, uma rapariga de 14 anos que sobreviveu ao massacre e que descreveu a forma como ele abateu friamente a tiro os outros membros da sua família.

Mas se a forma como decorreram as coisas dentro da sala de audiências foi bizarra, o que aconteceu fora dela foi alarmante. Quase se podia confundir com os acontecimentos de Los Angeles, tendo sido chamada a polícia de choque para dispersar os cerca de 300 negros que lutavam para entrar na sala e manifestar o seu apoio a um assassino racista confesso.

David Beresford  
em Joanesburgo